

Seção Livre

Ideologia e memória social: a concreticidade das representações

Roney Gusmão do Carmo¹

Resumo

Na presente abordagem, memória social é compreendida como representação do passado, ou seja, trata-se de significados construídos socialmente que, pelo viés social, foram arrastados no decorrer da história. Evidentemente, tais representações foram construídas sob determinadas condições concretas e, como tal, carregam - no decorrer de uma história em curso - componentes ideológicos elaborados em total vinculação dialética à concreticidade das relações sociais. Logo, para compreender a prática social de homens e mulheres históricos, é imprescindível considerar o mundo de significados socialmente e historicamente construídos.

Palavras-chave

Memória; Ideologia; Representações sociais

Ideology and social memory: the concreteness of representations

Abstract

In this approach, social memory is understood as a representation of the past, it is socially constructed meanings that were dragged throughout history. Evidently, such representations were constructed under certain specific conditions and, as such, carry - in the course of an ongoing story - ideological components produced in total binding to the dialectic of social concreteness. Therefore, to understand the social practice of historical men and women, it is essential to consider the world of meanings negotiated socially and historically constructed.

Keywords

Memory; Ideology; Social representations

A dialética da ideologia

Embora a expressão ideologia seja muito associada ao marxismo, seu uso antecede as análises propostas pelo materialismo histórico-dialético. Destutt de Tracy (1801) já havia tratado do tema muito brevemente em um capítulo dos seus livros voltado a temas da zoologia. Nessa perspectiva, o autor abordava ideologia basicamente como ideias derivadas da interação entre os organismos vivos e o meio.

Em “A ideologia alemã” (1846), Marx retoma a expressão ideologia, mas dentro de um enfoque bastante distinto. Aqui, ideologia é apontada como um conceito pejorativo, como ilusão ou falsa consciência, dentro de uma concepção materialista sujeita à manipulação de classes sociais hegemônicas. Em Marx, as condições materiais são determinantes das ideias, logo, as classes favorecidas terão o poder supremo de manipular as ideologias com vistas ao atendimento dos seus interesses. A lógica do raciocínio é: se estamos numa sociedade estratificada em classes sociais, então as distintas classes terão desiguais possibilidades de inserção no espaço social, assim, as ideias que transitam na prática social estão subjugadas às manobras daqueles que detém o poder.

Evidentemente, o termo ideologia não possui um único significado, sendo possível encontrar, após Marx, mudanças conceituais, que até hoje motivam diversos debates dentro da academia. Contudo, apesar da diversidade de abordagens, em Marx a percepção dos componentes materiais como parte integrante da formulação de ideias é de extrema validade. Não se podem negligenciar as condições de inserção dos sujeitos na sociedade como elemento significativo na formulação, bem como assimilação das ideias que transitam na prática social. É considerando a dimensão social para formulação da ideologia, que alguns autores preferem defini-la como “visão social de mundo”, ou seja, percepção a partir das condições históricas e materiais que formam os sujeitos dentro do seu contexto social. Nesse contexto,

visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas. (LÖWY, 2006, p. 13).

É nesse contexto que é pertinente lembrar a dialética como parte significativa da análise marxiana. A princípio, a dialética considera o movimento perpétuo, rejeitando qualquer sensação de permanência rígida dos fatos e das ideias. Essa

constatação é sensata à medida que permite compreender as mudanças sinalizadas historicamente pelo sistema capitalista como parte constituinte da transformação de ideologias no cerne desta estrutura. Afinal, todos os incrementos postos à sociedade como condição de sobrevivência do modelo concentrador, também se converte em significação, em representações e subjetividades.

Para Marx, aplicando o método dialético, todos os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produto da ação humana e, portanto, podem ser transformados por essa ação. Não são leis eternas absolutas ou naturais. São leis que resultam da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos e, portanto, podem ser transformadas pelos próprios indivíduos num processo que pode ser, por exemplo, revolucionário (LÖWY, 2006, p. 15).

Outro componente imprescindível da dialética é a totalidade. Essa ideia parte da constatação de que é impossível entender um fenômeno sem considerar a totalidade dos elementos que inferem sentido ao mesmo. Analisar a realidade social, por exemplo, solicita considerá-la como um todo orgânico, que precisa considerar sua vinculação com o conjunto. Tal observação é muito oportuna para estudos acerca de ideologia, uma vez que tal análise sugere perceber a relação estabelecida entre sua subjetividade e o conjunto da vida social, especialmente por que entende a história em sua relação dialética com as bases materiais construídas e construtoras dos homens.

Um estudo dialético sobre ideologia considera a totalidade dos fenômenos que a compõem, pondera as bases materiais e históricas que a formularam e, inclusive, as contradições presentes no próprio objeto analisado. Assim, pode-se deduzir que não existe uma ideologia isenta de história, de classe social, de contradição, de uma totalidade social que a torna tão complexa quanto as próprias teias que formulam o todo.

Partindo dessa ideia, concordamos que a ideologia não se constrói no plano individual, mas no social. São classes que constroem visões de mundo e, portanto, que as fazem subsistir ou extinguir. Se existem textos ideológicos na cultura, na arte, na ciência, na mídia, na política ou na religião, tais posicionamentos são, sobretudo, visões de classes sociais.

... as visões de mundo, as ideologias, a superestrutura, não configuram ideias isoladas mas um conjunto orgânico. São sobretudo “uma maneira de pensar”. Esse é o termo que Marx utiliza para caracterizar a visão de mundo, a ideologia

pequeno-burguesa. Não é apenas a ideia sobre a propriedade privada sobre o Estado ou sobre Deus, é uma certa problemática, é uma certa maneira de pensar (LÖWY, 2006, p. 105).

As ideias, nesse sentido, são compostas de representações de classe e, como tal estão a determinadas classes sociais em detrimento de outras. Na linha de raciocínio marxista, a ideologia surge sempre como representante dos interesses burgueses, cuja finalidade é conservar a estrutura de classes vigente no capitalismo. Entretanto, embora não adentremos no teor extremista dessa constatação, é útil lembrarmos que, de fato, as ideologias contêm interesses de classes, desde aqueles mais conservadores, até os revolucionários ou subversivos, são todos postos em determinadas posições sociais e, como tal, contêm discursos que legitimam o lugar de onde surgem. Antes de antevermos a ideologia como subjetividade tragada pela lógica burguesa, devemos constatar que o cerne da questão é compreender as ideias como espaço de luta por interesses frequentemente antagônicos. É esta constatação que permite formular hipóteses investigativas passíveis de serem surpreendidas, uma vez que “as ideologias têm um caráter intrinsecamente dialético, enquanto os processos sociais complexos significam que ‘as ideologias se superpõem, competem e se chocam, e subjagam ou reforçam umas às outras.’” (ABERCROMBIE *et al.*, 1996, p. 155).

Por fim, é necessário retomar a percepção dialética para compreender a ideologia e seu caráter classista, afinal até mesmo os interesses mais conservadores estão ancorados a determinados interesses historicamente construídos. O próprio Marx lembra que a burguesia já foi uma classe revolucionária, cuja ideologia apoiava a mudança da sociedade, contudo, no momento em que tal classe se estabelece como hegemônica e as condições concretas de sobrevivência lhe tornaram propícias, os interesses se passaram de revolucionários a conservadores, tendo em vista a manutenção da propriedade privada e da exploração advinda da mesma. Nesse sentido, a ideologia também é um elemento posto nos trâmites históricos, tão mutável quanto as próprias formas concretas de subsistência do sistema, que busca meios para garantia da estratificação social e da reprodução do capital. Assim, concordamos com Therborn em seu conceito de ideologia:

Ideologia” será usado, aqui, num sentido muito amplo. Não implicará necessariamente nenhum conteúdo específico (falsidade, falso conhecimento, caráter imaginário em oposição ao real), nem tampouco presumirá nenhum grau necessário de elaboração e coerência. Antes, fará referência ao aspecto da

condição humana em que os seres humanos levam sua vida como atores conscientes num mundo que faz sentido para eles em graus variáveis. A ideologia é o meio através do qual essa consciência e esse sentido operam. (THERBERN *apud* ABERCROMBIE *et al.*, 1996, p. 158).

A ideologia e as representações sociais

A princípio, antes de seguir debatendo a temática do tópico anterior, é pertinente trazer alguns apontamentos conceituais acerca da temática “representações sociais”, cujas análises têm se tornado altamente interdisciplinares, atraindo pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. O relevo atribuído às representações sociais surge da constatação de que

os fenômenos de representação social estão ‘espalhados por aí’, na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. Eles são, por natureza, difusos, fugidios, multifacetados, em movimento... (SÁ, 1998, p. 21).

As representações são entendidas como senso comum, como visões de mundo ou, ainda, como universos consensuais de pensamento (ABRIC, 2000). Estão presentes nas relações entre os sujeitos e, como tal, são eminentemente sociais, absolutamente vinculados à posição ocupada por aqueles que as constroem.

Assim, quanto às condições de produção e circulação das representações sociais, identificam-se três conjuntos designados pelos rótulos genéricos de “cultura”, “linguagem e comunicação” e “sociedade”. Pesquisam-se as relações que a emergência e a difusão das representações sociais guardam com fatores tais como: valores, modelos e invariantes culturais; comunicação interindividual, institucional e de massa; contexto ideológico e histórico; inserção social dos sujeitos, em termos de sua posição e filiação grupal; dinâmica das instituições e dos grupos pertinentes (SÁ, 1998, p. 32).

Assim, segundo o autor, a prática social e as representações estabelecem entre si uma relação de retroalimentação, de mútua interferência, sendo, portanto, necessário considerar esta vinculação para os estudos que façam uso das representações sociais, pois é nessa relação dialética entre as representações e a prática cotidiana dos sujeitos que surgem variáveis capazes de contribuir para

perpetuar e/ou transformar a leitura de mundo socialmente construída pelos indivíduos. O pesquisador, portanto, deve levar em consideração a prática e a posição social do sujeito, cujas representações refletem “normas institucionais que decorrem de sua posição ou as ideologias ligadas ao lugar que ocupa” (JO-DELET *apud* SÁ, 1998, p. 63).

Nesse sentido, pode-se afirmar que as representações sociais se encontram ancoradas às condições sociais e históricas que cercam os sujeitos pesquisados, permitindo uma “integração cognitiva do objeto representado para um sistema de pensamento social preexistente e para as transformações, histórica e culturalmente situadas, implícitas em tal processo” (FRANCO, 2004, p. 177).

Portanto, para descobrir as características psicológicas da consciência, devemos rejeitar tanto as proposições operacionais de explicação do comportamento, quanto as concepções metafísicas que isolam a consciência da vida real. Devemos, pelo contrário, investigar como a consciência depende da própria vida das pessoas e das condições de sua existência. Isso significa que devemos conhecer como se formam as relações vitais do homem em tais e tais condições sociais e históricas e que estrutura particular engendra dadas relações. Devemos, em seguida, estudar como a estrutura da consciência do homem transforma-se com a estrutura de sua atividade. Determinar os caracteres da estrutura interna da consciência é caracterizá-la psicologicamente (FRANCO, 2004, p. 180).

Considerando a ancoragem que liga as representações sociais às condições materiais que compõem as relações dos sujeitos, atrevemos a inserir a ideologia como parte inerente dos significados socialmente negociados e construídos. As representações, como qualquer leitura, contém ideologias e, por conseguinte, são verdades parciais, sujeitas a manipulação a serviço de um grupo em detrimento de outro. O grande equívoco é quando essas verdades parciais são compreendidas como universais, desprezando as próprias ambivalências presentes no senso comum, que, como já mencionado, são assimétricos por natureza, parciais por essência.

Assim, os estudos em representações sociais sugerem perspicácia, tanto pela vinculação com as condições reais de existência daquele que as elabora, como também por que as representações são facciosas, tendenciosas, postas num terreno de disputas pela legitimação de interesses. Tal fato não inviabiliza os estudos, mas apenas sugere entender as representações sociais como “compreensão abstra-

ta do mundo, [em que] a incorporação de meias verdades manipuladoras, levam a discutir sua necessária desconstrução e, conseqüentemente, o desenvolvimento da consciência.” (FRANCO, 2004, p. 179).

Em Marx, as representações sociais aparecem em sua relação dialética com o modo de produção da vida material, sendo que “as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias” (MARX, 1986, p.56). Em Marx, a “maneira de pensar” é fruto das condições concretas de existência do homem histórico e, como tal, estão fetichizadas pela ideologia dominante (LÖWY, 2006). Nesse sentido, ao contrário dos hegelianos, Marx vai entender a base material como condição para o desenvolvimento do homem em suas dimensões social, política e intelectual.

Indivíduos determinados que, como produtores, atuam também de forma determinada, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas (...). A produção das ideias, das representações, da consciência está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material entre os homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como a emanação direta de seu comportamento material (...). Os homens são produtores de suas representações, de suas ideias, etc., mas os homens reais, ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde (MARX, 1986, p. 35-44).

Evidentemente, o materialismo histórico-dialético, considera não apenas as bases materiais na formulação de significados, como também entende esta relação dentro da história. Assim, as características sociais, políticas, econômicas inerentes a um período histórico inferem significados a representações sociais, logo, “a imaginação, a representação, que esses homens determinados fizeram de sua práxis real transforma-se na única força determinante e ativa que domina e determina a práxis desses homens”. (MARX, 1986, p. 45).

Memória social: representação do passado

Segundo Franco e Novaes (2001, p. 4), representações sociais são “comportamentos em miniatura”. Abric (2000, p. 27) entende como “réplica da ação” ou “prévia da ação” e Minayo (2007) como “senso comum”. Essas análises permitem associar representações com a prática social dos sujeitos, especialmente por que entende o significado como precedente da ação.

As representações possuem, como já mencionamos, posicionamentos ideológicos associados às condições concretas dos sujeitos e, se lembrarmos que essas condições concretas são mutáveis em função do próprio metabolismo do sistema capitalista, logo, chegamos à constatação de que as representações sociais estão inscritas no movimento dialético da história.

As representações sociais e as experiências dos sujeitos estão inscritas numa história em ininterrupto movimento, percepção ilustrada por Hobsbawm ao fazer a leitura do “itinerário de um ser humano, cuja vida não poderia ter ocorrido em qualquer outro século.” (HOBSBAWM, 2007, p. 12). Assim, dissociar as representações do contexto histórico que cerca os indivíduos é negligenciar as condições materiais e sociais que participam ativamente na construção do mundo de significados.

Assim como as representações sociais não podem ser entendidas como uma construção puramente individual — destituída do contexto social que a infere significados — da mesma forma as representações, como já mencionado, não podem ser vistas fora do contexto histórico e das condições que fundamentaram sua construção. As relações sociais postas e dinamizadas pela história permitem compartilhar significados entre os sujeitos, fato que torna ainda mais complexos os estudos em representações sociais. Homens e mulheres constroem representações, compartilham, reconstróem a partir de outros significados que lhe foram herdados socialmente. Nesse sentido, podemos afirmar que a história dá forma à

experiência oferecendo uma gama de escolhas cambiantes, mas sempre limitadas, com as quais, adaptando a frase de Karl Marx, “os homens fazem [suas vidas], mas não [as] fazem como desejam, não [as] fazem nas circunstâncias escolhidas por eles, e sim nas circunstâncias diretamente encontradas, proporcionadas e transmitidas pelo passado”, poder-se-ia acrescentar: e pelo mundo à volta deles (HOBSBAWM, 2007, p. 11-12).

A partir dessa discussão, pode-se então considerar que as representações sociais se movem no decorrer de uma história em permanente curso, afinal a forma como eu significo elementos da vida está associada ao meu contexto social e histórico, mas também está amarrada às condições sociais e materiais, que já foram dadas no curso de uma história em desenvolvimento. Portanto, a relação entre representações sociais e história existe tanto por que as condições materiais que as elaboram são históricas, como também por que o mundo de significados é móvel no curso da história e herdado pelo vínculo social.

É esse tráfego de representações que aqui chamamos de memória social, cujo sentido está na “seleção, interpretação e na transmissão de certas representações do passado produzidas e conservadas especificamente a partir do ponto de vista de um grupo social determinado.” (JEDLOWSKI, 2000, p. 126).

Ao abordarmos a memória como “representação do passado”, não veremos conceber os significados socialmente construídos e negociados como uma subjetividade estanque e imóvel, pelo contrário, entendemos as representações, sobretudo, como significados móveis entrelaçados à sociedade e à história de um presente em constante curso. A partir dessa ótica, as representações possuem identidade tanto com o presente como também com o passado, simplesmente por que é causa e efeito da história, é determinante e determinado pela prática social.

Representar socialmente significa produzir e reproduzir significados, isso envolve ações retroalimentadas por ciências e ideologias que orientam a forma de pensar dos sujeitos. As representações sociais possuem, assim, uma natureza simbólica, manifesta na ação, no discurso e nos produtos culturais (ROSA *et al*, 2000).

Essas representações sociais, por uma parte, convencionalizam os objetos, pessoas e acontecimentos a que se referem, dando-lhes uma formação definida, situando-os em uma categoria e estabelecendo-os gradualmente como um modelo de certo tipo, distinto e compartilhado por certas pessoas³. (ROSA *et al*, 2000, p. 73).

As representações sociais, assim como a memória, estão carregadas de ideologia, posição de classe, visões de mundo, que, conjuntamente, cimentam as representações às características específicas do grupo que as elabora. Até mesmo o caráter seletivo da memória tem uma razão, que só é percebida pelo esquadrihamento dos interesses ideológicos do grupo que recruta o objeto memorado. Assim, “a memória coletiva não corresponde sequer a todas as representações do passado que, elaboradas de outra forma, estão à disposição dos membros de uma sociedade.” (JEDLOWSKI, 2000, p. 126).

Nessa dinâmica de vínculos sociais postos numa história em curso, as representações ora se mesclam, ora são reconstruídas, ora são conservadas. Os fatores que vão determinar os caminhos das representações são múltiplos, complexos e específicos de cada grupo social em consonância com a temporalidade e trajetórias vitais, não apenas resumidas a uma interpretação cronológica convencional, mas peculiar a cada metabolismo social.

Nesse processo de acúmulo e decomposição contínua dessas experiências supõe que há um processo dialético de validação de novas e velhas experiências, a partir de determinados condicionamentos econômicos e sociais, que é inevitável considerar quando pensamos a educação, sua vinculação com a idade e com os fenômenos culturais e com a história. Tudo isto supõe a generalização de que sempre há grupos de idades que viveram distintas experiências, e ao envelhecer, trazem consigo determinadas experiências acumuladas que, de certa forma, são sempre condicionadas às condições conjunturais (econômica, política e culturais) em dado tempo, e que passam a ser continuadas e superadas por outros grupos no processo dialético de novas condições e oportunidades históricas, ao tempo em que estas experiências são compartilhadas, adquiridas e transformadas, pelo processo de transmissão geracional. (MAGALHÃES, 2007, p. 100).

As representações sociais, então, ganham mobilidade no decorrer da história e entre gerações através da memória que, esboçada no e pelo presente, solicita significações do passado, conservando ou remodelando-as segundo os interesses daqueles que acionam as representações.

Evidentemente, ao concordarmos com Halbwachs (2006), que compreende a memória como um construto social efetuado no presente, estamos reconhecendo que os significados e valores contidos no objeto memorado está completamente sujeito à manipulação decorrente do próprio caráter seletivo da memória. Dessa forma, a memória, como qualquer outra ideia suscitada no interior das relações sociais, contém posicionamentos ideológicos, é uma construção parcial e comprometida com interesses implícitos na própria seletividade da memória social.

Aqui a memória comparece como uma importante fonte de ligação entre o passado e o presente, ou seja, da racionalização temporalizada das experiências. Portanto, como toda fonte, pode estar ideologicamente formada, carecendo de ser analisada. Isto nos obriga a anunciar, embora não tenhamos condição de aqui adentrar na distinção entre História e Memória, que a história em sua autonomia, pode não coincidir necessariamente com a memória, ou seja, há de se pensar que nesta relação há sempre que se discutir o tema da “consciência”. (MAGALHÃES, 2007, p. 103).

É interessante salientar que toda memória, inclusive aquelas mais individuais, estão inscritas em quadros sociais, sendo, portanto, impossível falarmos de uma

memória absolutamente individual sem vínculos com o coletivo (HALBWACHS, 2006). Nesse sentido, ao acionar a memória social, o sujeito recupera significações importadas do grupo a que ele pertence, dotando suas representações de todo posicionamento social, cultural e econômico do seu espaço de vivência. É o grupo que conserva e/ou altera as representações no decorrer do tempo, sendo possível afirmar, então, que toda memória é social (SÁ, 2007).

Para Halbwachs (2006), existem tantas memórias quantos grupos sociais existirem, logo, muito embora o autor não mencione claramente a memória como espaço de disputa de significados entre os grupos, pode-se deduzir que em todas sociedades existem aquelas memórias robustecidas pelo poder hegemônico e aquelas marginalizadas na sociedade, ao que Pollak (1992) entende por memória subterrânea.

Se há diversas memórias coletivas, certamente algumas são mantidas socialmente conforme as exigências ou necessidades do presente. Dessa perspectiva, podemos dizer que a memória está intrinsecamente relacionada com as práticas político-culturais de uma sociedade, de um povo, de uma nação etc., e que, algumas são mantidas na ordem do dia – como é o caso de algumas comemorações – ao passo que outras permanecem submergidas (MAGALHÃES e ALMEIDA, 2011, p. 101).

Se determinadas memórias práticas⁴ são conservadas em detrimento de outras que são esquecidas, é por que existem interesses hegemônicos na manutenção de determinados valores que orientam as relações sociais. Nesse sentido, falar de memória requer também falar de ideologia, uma vez que a ideologia é uma forma de memória social (SANDOICA *apud* MAGALHÃES e ALMEIDA, 2011), à medida que a seletividade — que lhe é típica — situa a memória na linha limítrofe entre esquecimento/conservação, e esta relação conflituosa perpassa por interesses múltiplos que buscam subsistir nas “visões de mundo” que orientam a prática social dos sujeitos. O campo da memória, portanto, solicita indagar acerca das “visões de mundo” que “prevalecem ou são relegadas sob determinadas condições; que interesses de grupos sociais e que condições materiais regulam a sua produção e reprodução.” (MAGALHÃES e ALMEIDA, 2011, p. 101).

A relação dicotômica esquecimento/conservação implícita na memória social, se torna ainda mais agravada quando nos referimos à sociedade capitalista, onde distintos grupos possuem desiguais formas de inserção. São valores múlti-

plos com diferentes possibilidades de se fazerem subsistir, o que inevitavelmente resulta na prevalência de interesses hegemônicos, sustentados a partir de uma máquina pública altamente submersa numa ideologia.

Essas relações desiguais de poder, realçadas pela discrepância econômica entre os grupos sociais, potencializa a seletividade da memória, tornando-a ferramenta de sustentação da estratificação social. Na oportunidade, a memória frequentemente aciona simbologias, valores e condutas, com vistas a reproduzir a dominação, principalmente por que bane memórias submersas (oriundas de classes menos favorecidas), e fazendo prevalecer memórias oficiais, disseminadas por aparelhos de mídia e pelo Estado, que massificados numa sociedade colonizada pelo consumo, destitui a população a opção por uma memória que exceda a hegemônica. Por efeito, surge a sensação de que no atual discurso, o capitalismo é a única forma de organização das relações humanas e o consumo a única via para alcance da realização pessoal. Ideias massificadas através da apropriação das “visões de mundo” de homens e mulheres, formados por uma memória ideologicamente comprometida com a atual estrutura de classes, garantem a reprodução, bem como os incrementos, de um sistema classista, calcado no consumo e materialismo.

Ao compreender o teor ideologizado da memória implícito em sua seletividade, pode surgir o questionamento: por que estudá-la? Qual é a contribuição que esta análise geraria para superação das condições atualmente existentes? Antes de discutir sobre essas indagações, é necessário chamar atenção para alguns debates sugeridos por Halbwachs no início do século XX. Discorrendo sobre memória coletiva, o autor sinaliza que, embora a história se demonstre compartimentada por períodos, eras estanques, tal fragmentação é puramente esquemática, pois no decorrer de diferentes períodos, Halbwachs (2006, p. 104) afirma existir um “fio da continuidade” entre os grupos. Segundo o autor, mesmo em diferentes momentos da história, a memória coletiva faz transcorrer ideias, que são, para ele, “não apenas os fatos, mas os modos de ser e de pensar de outrora que se fixam assim na memória” (HALBWACHS, 2006, p. 85).

Assim, a memória faz transitar representações no decorrer do tempo, superando diferentes momentos da história, e arrastando significados mantidos nas relações sociais. Dessa forma, investigar a memória coletiva é entender os meios materiais e sociais que propiciaram sua conservação e, para tal, torna-se necessário deflagrar as condições materiais que geraram distintas formas

de inserção entre os grupos que compõem a prática social. Nesse processo investigativo, a percepção da relação dialética entre memória e esquecimento é meio crucial para produção da consciência, afinal “*el poder de crear y estabilizar la memoria es de hecho signo de poder en general a todos los niveles de la organización social.*” (JEDLOWSKI, 2000, p. 127).

Não intentamos adentrar as discussões em torno da filiação durkheiminiana de Halbwachs, mas cabe salientar que os estudos em memória corroboram para compreender os contextos sociais de construção e manutenção de experiências e representações, pois

há um processo de recordação que está além do indivíduo, que é impessoal, correspondente a uma sociedade globalmente referida, que o indivíduo participa, segundo determinados interesses, sob condições parciais, ou não, se torna importante a sua formulação de que os conteúdos da memória contém sempre um reflexo da realidade social e da realidade temporal, que desempenha um papel importante no processo de transmissão social das experiências e da sua significação como aprendizagem. (MAGALHÃES, 2007, p. 108).

Conclusão

Cabe salientar que entender a memória solicita compreender as condições sociais e históricas em que os significados são construídos, é também compreender a sociedade como um todo orgânico, composto de contradições produzidas e reproduzidas segundo a dinâmica impressa pela história na sociedade. Assim, o campo da memória implica em temporalização de vivência dos homens e mulheres que compõem o todo dialético de uma sociedade inscrita na história e em ininterrupto movimento. A memória, nesse sentido, não se traduz apenas como conservação, mas é o está posta na relação difusa, dicotômica e flexível entre a produção e a reprodução de significados a partir de um metabolismo social altamente dinâmico.

Dessa forma, como “fio de continuidade”, a memória gera imperecibilidade de representações, fazendo trafegar intergeracionalmente determinados significados, construídos a partir de condições concretas de existência. Estudar as visões de mundo hoje sedimentadas no discurso dos sujeitos, solicita, portanto, compreender as suas condições reais de existência no presente, mas, sobretudo, a trajetória de vida dos mesmos, inscrita dialeticamente numa totalidade histórica dinâmica e ininterrupta.

Referências:

ABERCROMBIE, N; HILL, S. e TURNER, B. S. *Determinismo e indeterminismo na teoria da ideologia*. In: ZIZEK, S. (Org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ABRIC, J. C. *A abordagem estrutural das representações sociais*. In: MOREIRA, A. S. P. e OLIVEIRA, D. C. de (Orgs.). Estudos interdisciplinares de representação social. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. (p. 27-38).

FRANCO, M. L. P. B e NOVAES, G. T. F. *Os jovens do ensino médio e suas representações sociais*. In: Cadernos de pesquisa. Num. 112. São Paulo, mar. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16107.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2011.

FRANCO, M. L. P. B. *Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência*. In: Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a08n121.pdf> . Acesso: 14 de novembro de 2012.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro editora, 2006.

HOBSBAWM, E. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. Tradução: S. Duarte. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007.

JEDLOWSKI, P. *La sociología y la memoria colectiva*. In: ROSA, A, BALLELLI, G. e BAKHUST, D. (Orgs.). Memoria colectiva e identidade nacional. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. (p. 123/132).

LÖWY, M. *Ideologias e Ciência Social: fundamentos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2006 (17. ed.).

MAGALHÃES, L. D. R. e ALMEIDA, J. R. M. *Relações simbióticas entre memória, ideologia, história e educação*. In: LOMBARDI, J. C; CASIMIRO, A. P. B e MAGALHÃES, L. D. R (Orgs.). História, memória e educação. Campinas – SP: Alínea, 2011.

MAGALHÃES, L. D. R. *Educação, História e Memória: uma aproximação do estudo geracional*. In: Revista HISTEDBR online. Campinas: UNICAMP, 2007. Num. 28. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art07_28.pdf. Acesso em 26 de julho de 2011.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Volume 1. Tradução: Regis Barbosa & Flávio Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova cultural, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. (1845-1846). Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10a edição. São Paulo: Hucitec, 2007.

POLLAK, M. *Memória e Identidade Social: Estudos Históricos*. Tradução: Monique Augras. Rio de Janeiro, vol. 05, n°. 10, 1992.

ROSA, A., BALLELLI, G e BAKHUST, D. *Representaciones del pasado, cultura personal e identidad nacional*. In: _____. *Memoria colectiva e identidade nacional*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000. (p. 41-87).

SÁ, C. P. de. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

_____. *Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial*. In: *Psicologia Reflexão e Crítica*. Vol. 20, num. 002. Porto Alegre: UFRGS, 2007. (p. 290-295).

Notas

- 1 Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB). E-mail: guzmao@hotmail.com
- 2 Tradução nossa.
- 3 Tradução nossa.
- 4 Em debate pertinente ao que ora se discute, Sá (2007) classifica a memória social em alguns subtipos, dentre eles estão as “memórias práticas”, que, segundo ele, são externas ao próprio sujeito, manifestando-se quase que involuntariamente e estando presentes nas ações que vão desde práticas ritualísticas até as mais corriqueiras. É a sedimentação no corpo e na linguagem de ações perenizadas pela memória social, que fazem reproduzir no ato cotidiano determinados valores herdados pelos vínculos sociais.

Recebido em junho de 2013, aprovado para publicação em agosto de 2013.

